

■ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): Uma década de monitoramento da qualidade da educação

 *Thamara Maria Souza **
*Alisson Moura Chagas ***
*Rita de Cassia Araújo Abrantes dos Anjos ****

Resumo: O presente artigo objetiva discutir os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos anos iniciais do Ensino Fundamental, tendo em vista haver completado uma década de sua implantação na rede pública de ensino do país. O estudo passa por uma revisão de literatura e análise documental que trata das seguintes temáticas: Qualidade da Educação; Avaliação do Sistema Escolar e Ideb. No quadro teórico, os autores: Libâneo (2004); Oliveira; Araújo (2005); Horta Neto (2010); Libâneo, Oliveira, Tochi (2012) fundamentam a discussão. Para análise documental utilizou-se o resumo técnico dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 2005-2015 do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira (Inep) e o Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional da Educação (PNE). Os principais resultados encontrados foram que as médias do Ideb observadas na Educação Básica do país encontram-se distantes de atingirem as metas projetadas para 2024, término da vigência do PNE.

Palavras-chave: Qualidade da Educação. Ideb. Avaliação do Sistema Escolar.

* *Thamara Maria Souza é graduada em Pedagogia pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Especialista em Gestão Pedagógica pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Atua como professora no Ensino Fundamental – Anos Iniciais da SEEDF. Contato: tmasouza@hotmail.com. br.*

** *Alisson Moura Chagas é graduado em Letras Pela Faculdade da Terra de Brasília (FTB) e em Pedagogia pelo Instituto de Educação Superior de Samambaia (IESA), especialista em Orientação e gestão Educacional, em Docência do Ensino Superior, em Docência da Língua Inglesa e em Educação a Distância, e mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Pedagogo-Orientador Educacional na SEEDF - CEF 312 de Samambaia e professor de EJA na Secretaria Municipal de Santo Antônio do Descoberto. Contato: alissonescola@gmail.com.*

*** *Rita de Cássia Araújo Abrantes dos Anjos é graduada em Pedagogia pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Albert Einstein (FALBE). Especialista em Administração Escolar pela Universidade Cândido Mendes (UCAM), Especialista em Educação Inclusiva pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). Mestranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Atua como professora no Ensino Fundamental – Anos Iniciais da SEEDF. Contato: r.abrantes2@gmail.com.*

Introdução

Desde o ano de 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) vem fazendo parte do cotidiano escolar da rede pública e privada de ensino do país. E tem sido, cada vez mais, considerado pelo poder público como uma referência para avaliação da qualidade da educação nas escolas brasileiras. Segundo Libâneo, “cada vez mais aparecem na imprensa, nas escolas, os resultados das avaliações feitas pelo sistema, tipo Saeb, Enem, que utilizam instrumentos estandardizados de verificação do aproveitamento escolar” (LIBÂNEO, 2004, p. 255).

O Ideb é gerado a partir da aplicação de avaliações externas e insere-se no contexto educacional como um indicador da existência ou não de uma qualidade no ensino da Educação Básica. Vale ressaltar que esta qualidade se refere, “à uma qualidade determinada por meio da generalização de sistemas de avaliação baseados em testes padronizados” (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005, p. 6). Uma qualidade de ensino cujo objetivo volta-se para a preparação de “trabalhadores e consumidores para os novos estilos de consumo e de vida moderna” (FERREIRA; OLIVEIRA, 2013, p.241).

Com base nos resultados do Ideb, são definidos programas e políticas públicas, voltadas à melhoria da qualidade do ensino no país. Para estruturação desse índice são empregados dados referentes ao fluxo escolar e aos resultados das médias de desempenho dos alunos. Estes dois dados, fluxo escolar e resultados de desempenho, dizem respeito ao processo de ensino-aprendizagem. O primeiro, fluxo escolar, trata das retenções relativas à não-aprendizagem, e o segundo, diz respeito à proficiência, que é o nível de capacidade cognitiva do estudante, ou seja, o quanto um estudante aprendeu ao longo de cada uma das etapas de ensino em que são aplicadas as avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)¹.

Por se tratar de um indicador gerado a partir dos resultados obtidos pelos alunos nas avaliações de larga escala, o Ideb torna-se uma importante ferramenta de controle da qualidade da Educação, pois além de avaliar o nível de proficiência dos estudantes, é também capaz de fornecer dados acerca da realidade, aspectos sociais e econômicos, na qual estes dados foram produzidos (BRASIL, Inep, 2018).

A aferição dos resultados do rendimento escolar possibilita informações relativamente precisas e confiáveis sobre a realização dos programas e projetos no campo da educação, de modo a contribuir na tomada de decisões do governo. (LIBÂNEO, 2004, p. 243).

Importante destacar que o conceito de qualidade

compreendido nos dispositivos legais que norteiam o Ideb é decorrente de uma orientação mercadológica, alinhada à ideia de tornar o aluno apto para ingressar no mercado de trabalho. Deixando como segundo plano a perspectiva social da educação que trata de questões relativas a: “condições de oferta do ensino, gestão e organização do trabalho escolar, formação, profissionalização e ação pedagógica, além do acesso, da permanência e do desempenho escolar” (FERREIRA; OLIVEIRA, 2013, p.249).

Apesar de possibilitar um diagnóstico acerca da realidade, o Ideb, tem sido analisado pelos órgãos reguladores da educação baseado apenas nos resultados quantitativos o que “não tem levado ao atendimento das condições necessárias à efetivação das mudanças educativas” (LIBÂNEO, 2004, p. 246). Os sistemas de ensino “se veem hoje diante da avaliação dos resultados dos alunos como critério para a avaliação da produtividade da escola” (LIBÂNEO, 2004, p. 254). O *ranking* de escolas e outras medidas adotadas com base nos resultados tem provocado uma preocupação excessiva por parte dos profissionais que atuam nas instituições de ensino, a de atender aos objetivos das avaliações externas em detrimento aos objetivos educacionais, fazendo com que a avaliação seja reduzida “apenas a estabelecer mecanismos externos de controle, através dos testes padronizados” (LIBÂNEO, 2004, p. 247). Configurando-se em uma concepção neoliberal de qualidade.

Entre as medidas decorrentes dessa concepção organizacional destacam-se: a hipervalorização dos resultados da avaliação, a classificação das escolas em função desses resultados para estimular a competição entre elas, a descentralização administrativa e do repasse de recursos conforme o desempenho das escolas na avaliação externa, o repasse das funções do Estado para a comunidade e para as empresas (LIBÂNEO, 2004, p. 66).

Diante do exposto, pretende-se com o artigo discutir os resultados obtidos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) após uma década de implantação deste indicador.

Avaliação do sistema escolar e qualidade da educação

As avaliações externas estão previstas na Lei nº 9.394/1996 que estabelece diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN). Em seu artigo 9º, inciso VI, determina que cabe à União “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (FRAUCHES, 2007). Além disso, estabelece em seu art.87º, parágrafo 3º, inciso VI, das disposições transitórias, que “o Distrito

Federal, cada Estado e Município, e supletivamente, a União, devem integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar” (FRAUCHES, 2007). Para atender a esses dispositivos legais

Em 2007, com a instituição do Compromisso Todos pela Educação no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e a edição do Decreto nº 6.094, que institui o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, o MEC sinalizou às redes de ensino e às escolas públicas o objetivo de melhorar a qualidade da educação básica, estabelecendo um sistema de metas bienais do Ideb para o País, redes de ensino e escolas públicas, no período de 2007 a 2021 (BRASIL, Inep, 2016).

Segundo Horta Neto (2010), a avaliação externa da educação tem provocado debates e discussões entre os profissionais da educação e demais atores sociais. São discutidas questões relativas à qualidade do ensino, à responsabilização por resultados, à prestação de contas e à racionalização do trabalho docente. Ainda conforme o autor, “estas questões adquirem centralidade quando se discute a própria relevância da avaliação externa para alcançar melhorias no sistema educacional” (HORTA NETO, 2010, p.85). Para Ferreira e Oliveira (2013), ao se discutir sobre a qualidade da escola e do ensino, faz-se necessário que sejam incluídos na discussão “as condições básicas para oferta de um ensino de qualidade” (FERREIRA; OLIVEIRA, 2013).

“Atualmente, com a acentuação das análises mais globalizantes das relações entre educação e desenvolvimento econômico, ganha grande peso a avaliação dos sistemas educacionais e do conjunto de escolas” (LIBÂNEO, 2004, p.238). Os sistemas de ensino são avaliados a partir dos resultados obtidos pelos alunos. “O que se avalia é o rendimento do sistema por meio das respostas dos alunos” (CASASSUS, 1997 *apud* LIBÂNEO, 2004, p.238).

Segundo Libâneo (2004), a avaliação do sistema escolar, realizada por meio de testes padronizados, “tem como objetivo fazer um diagnóstico mais amplo do sistema escolar e do conjunto de escolas, em âmbito nacional ou regional, visando a reorientar a política educacional, a gestão do sistema e das escolas e a pesquisa” (LIBÂNEO, 2004, p. 238). A partir desta avaliação são formulados indicadores de qualidade relacionados à qualidade do ensino no país.

Cabe ressaltar que estes indicadores de qualidade dizem respeito somente aos resultados obtidos a partir do desempenho dos alunos em exames externos. Sabe-se que o desempenho cognitivo não é suficiente para se aferir a aprendizagem dos alunos já que “os resultados da aprendizagem dizem respeito não só à dimensão cognitiva, mas às dimensões afetiva, estética, ética e física” (LIBÂNEO, 2004, p. 69).

Desta forma, ainda segundo Libâneo (2004), a busca por uma educação de qualidade implica na “conjunção de vários objetivos e estratégias” (LIBÂNEO, 2004, p. 68). Assim, para além dos resultados obtidos em avaliações externas, a busca pela qualidade passa por questões relativas ao currículo, à organização da escola, ao modelo de gestão, à valorização dos profissionais, às condições de trabalho e, é claro, pela forma como a prática avaliativa, externa ou interna, é concebida dentro e fora das escolas.

Admite-se, nesse sentido, a relevância da avaliação do sistema escolar e da aprendizagem para análise e diagnósticos mais amplos acerca da qualidade da educação e do ensino; porém é fundamental que estas

Quadro 1. Metas do Ideb

	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: Observatório do PNE.

Quadro 2. Ideb observado e projetado para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Anos Iniciais do Ensino Fundamental												
	IDEB Observado						Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	6.0
Dependência Administrativa												
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	5.8	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.8	6.0	6.3	6.6	6.8	7.0	7.5
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.8

Fonte: Inep, 2015.

Quadro 3. Ideb observado e projetado para os Anos Finais do Ensino Fundamental

Anos Finais do Ensino Fundamental												
	IDEB Observado						Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
Total	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	4.5	3.5	3.7	3.9	4.4	4.7	5.5
Dependência Administrativa												
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	4.2	3.3	3.5	3.8	4.2	4.5	5.3
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	4.1	3.1	3.3	3.5	3.9	4.3	5.1
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	6.1	5.8	6.0	6.2	6.5	6.8	7.3
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	4.2	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	5.2

Fonte: Inep, 2015.

Quadro 4. Ideb observado e projetado para o Ensino Médio

Ensino Médio												
	IDEB Observado						Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
Total	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9	4.3	5.2
Dependência Administrativa												
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5	3.1	3.2	3.3	3.6	3.9	4.9
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.3	5.6	5.7	5.8	6.0	6.3	7.0
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5	3.1	3.2	3.4	3.6	4.0	4.9

Fonte: Inep, 2015.

estejam voltadas “para o levantamento dos elementos que propiciem a democratização do acesso e permanência na escola, condições de salário e trabalho dos professores, sólida formação cultural e científica a todos [...]” (LIBÂNIO, 2004, p. 253). Do contrário, os indicadores de qualidade tornam-se apenas números que pouco ou nada dizem a respeito de como, e em que condições, os resultados obtidos pelas escolas e por seus alunos foram gerados. “A preocupação é maior do que ter alunos matriculados. É uma atenção às condições de realização da educação” (KUNZ; DUTRA; CASTIONI, 2017, p.79).

Sobre a qualidade do ensino, o Plano Nacional de Educação (PNE)², em sua meta 7, propõe fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as médias nacionais constantes no Quadro 1.

O PNE (2014-2024) tem como meta fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria

do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio. O Plano prevê que essa meta seja atingida até 2021 (BRASIL, 2014, p.31).

O sistema de consulta comparativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), entre o Ideb observado e a meta projetada até 2021, traz as informações acerca da Educação Básica do país (Quadros 2 a 4).

Os resultados destacados nos quadros referem-se ao Ideb que atingiu a meta projetada. Constata-se, que no Ensino Fundamental Anos Iniciais, o Ideb observado tem atingido a meta projetada. O mesmo não ocorre

Quadro 5. Ideb (2015) – Anos iniciais e finais do ensino fundamental da rede pública de ensino federal, estadual e municipal do país

ESTADO	ANOS INICIAIS		ANOS FINAIS	
	IDEB		IDEB	
	OBSERVADO	PROJETADO	OBSERVADO	PROJETADO
NORTE	4,7	4,3	3,9	4,3
Acre	5,3	5	4,4	4,6
Amapá	4,3	4,4	3,5	4,7
Amazonas	5	4,3	4,2	3,8
Roraima	5,1	5	3,7	4,4
Rondônia	5,3	4,9	4,1	4,4
Tocantins	5	4,8	4	4,5
Pará	4,3	4	3,6	4,4
NORDESTE	4,6	4	3,7	3,8
Alagoas	4,3	3,7	3,2	3,5
Bahia	4,4	3,8	3,4	3,8
Ceará	5,7	4,2	4,5	4
Maranhão	4,4	4,1	3,7	4,1
Paraíba	4,5	4,1	3,5	3,7
Pernambuco	4,6	4,2	3,8	3,6
Piauí	4,6	4	3,9	4
Rio Grande do Norte	4,4	3,8	3,4	3,7
Sergipe	4,1	4,2	3,1	4
SUDESTE	6	5,7	4,5	4,9
Espírito Santo	5,5	5,3	4,1	4,7
Rio de Janeiro	5,2	5,4	4	4,4
São Paulo	6,2	5,8	4,7	5,1
Minas Gerais	6,1	5,9	4,6	4,8
CENTRO-OESTE	5,5	5,1	4,4	4,4
Goiás	5,6	5,2	4,6	4,5
Distrito Federal	5,6	5,8	4	4,5
Mato Grosso do Sul	5,3	4,8	4,3	4,4
Mato Grosso	5,5	4,9	4,5	4,2
SUL	5,8	5,6	4,4	4,8
Paraná	6,1	5,8	4,3	4,6
Rio Grande do Sul	5,5	5,5	4,2	4,9
Santa Catarina	6,1	5,6	4,9	5,3

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do Inep.

com os Anos Finais do Ensino Fundamental. Tanto nos estados quanto nos municípios, desde 2013, o Ideb não tem atingido a meta projetada. Na última etapa da educação básica, o Ensino Médio, a problemática é ainda mais acentuada, pois, embora nos anos de 2007, 2009 e 2011 a meta tenha sido atingida, os números indicam uma estagnação na média ao longo de todo o período de avaliação – 2005 a 2015.

Quando analisados os resultados obtidos no Ideb pelos Estados, nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, da rede pública de ensino (federal, estadual, municipal), em 2015, foram identificados determinados resultados (Quadro 5).

De acordo com os dados, coletados no resumo técnico dos resultados do Índice de Desenvolvimento da

Educação Básica 2005-2015 do Inep, apenas o Estado de Sergipe, em 2015, não atingiu a meta projetada para os anos iniciais. Dados mais recentes, apresentados pelo Relatório do 2º ciclo de Monitoramento das metas do PNE (2014-2024), demonstram um crescimento em todas as regiões do Brasil em relação às projeções estabelecidas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. (BRASIL, 2018). “Em 2015, o Ideb dos anos iniciais foi de 5,5, enquanto a meta fixada para aquele ano era 5,2.” (BRASIL, 2018).

Em contrapartida, nos anos finais, 21 unidades federativas não atingiram as metas projetadas e encontram-se ainda distantes de atingir a meta proposta para 2021. Pode-se afirmar que, após uma década de criação do Ideb, o país ainda necessita avançar na melhoria da qualidade das condições de oferta da Educação Básica.

Ainda de acordo com o Relatório de Monitoramento do PNE, “ao considerar as dimensões do Ideb – a taxa média de aprovação e desempenho nas avaliações nacionais – no período, verifica-se um crescimento da taxa de aprovação (...) nos anos iniciais” (BRASIL, 2018). Assim,

Ao analisar a quantidade de unidades federativas que alcançaram suas metas do Ideb para os anos iniciais do EF da rede pública de ensino, constata-se que, em 2015, 23 unidades da Federação atingiram as metas fixadas, uma a menos que em 2013. Quanto aos municípios, houve aumento no percentual dos que atingiram suas metas do Ideb para os anos iniciais na rede pública (de 72%, em 2013, para 75,8%, em 2015). (BRASIL, 2018).

Os dados mostram “(...) o crescimento da taxa de aprovação dos anos iniciais do EF, que atingiu, em 2015, 93,2%, representando um aumento de 6,8 pontos percentuais desde o início da série histórica” (BRASIL, 2018). O Relatório “(...) exibe o aumento das médias de proficiência dos alunos do 5º ano do EF tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática”. Contudo, o “(...) aumento na proficiência média dos alunos não significa que todos tenham atingido níveis suficientes de aprendizado” (BRASIL, 2018).

Considerações Finais

“A expansão da oferta de vagas, nos diversos níveis de ensino, teve como consequência o comprometimento da qualidade dos serviços prestados” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOCHI, 2012, p. 164). Hoje, o indicador de qualidade restringe-se a medir o desempenho do sistema escolar por meio dos resultados de seus alunos negligenciando outros tantos fatores que impactam na produção de resultados educacionais individuais e sistêmicos. Segundo Libâneo; Oliveira; Tochi (2012),

Qualidade social da educação significa não apenas diminuição da evasão e da repetência, como entendem os neoliberais, mas refere-se à condição de exercício de cidadania que a escola deve promover. Ser cidadão significa ser participe da vida social e política do país, e a escola constitui espaço privilegiado para esse aprendizado, e não apenas para ensinar a ler, escrever, e contar, habilidades importantes, mas insuficientes para a promoção da cidadania (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOCHI, 2012, p. 166).

Compreende-se que, nesse sentido, mesmo que algumas escolas, em alguns níveis de ensino, tenham atingido a média 6,0 do Ideb; é possível que este resultado represente somente uma dimensão da qualidade da educação. E que as demais dimensões, externas à escola ou intraescolares, que também afetam o processo de ensino-aprendizagem, ainda permaneçam sendo negligenciadas pelas políticas públicas educacionais. Segundo Ferreira e Oliveira (2013), as pesquisas sobre oferta de ensino de qualidade apontam para certas condições, ditas necessárias.

Destacam-se as escolas com (a) quadro de professores qualificados; (b) existência de carga horária docente disponível para o desenvolvimento de atividades que não sejam de aula; (c) dedicação dos professores a uma só escola; (d) aumento de salário de acordo com a formação continuada e titulação; (e) corpo docente pertencente ao quadro efetivo; (f) dedicação dos não docentes a uma só escola; (g) instalações bem conservadas; (h) existência de biblioteca e laboratório(s); (i) motivação para o trabalho; (j) diretor eleito e com experiência docente e de gestão; (k) participação da comunidade escolar; (l) integração da escola com a comunidade local e existência de conselho escolar (ou equivalente) atuante; (m) cuidados com a segurança da comunidade escolar. (FERREIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 249)

Notas

¹ Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) que, a cada dois anos, realiza uma pesquisa por amostragem do ensino fundamental e médio destinada a acompanhar a evolução do desempenho dos alunos e dos diversos fatores incidentes na qualidade do ensino ministrado (LIBÂNEO, 2004, p. 243).

² O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais (BRASIL, 2014).

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 26 de jun. 2014. Disponível em <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conehecendo_20_metas.pdf>. Acesso em 21 mar.2018.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 2º ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018**. Brasília, DF: Inep, 2018.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014- 2016**. – Brasília, DF: Inep, 2016.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico: resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 2005-2015**. Disponível em <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em 05 mai. 2018.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em 05 mai. 2018.

FERREIRA, E. B; OLIVEIRA, D. A. (org.). **Crise da escola e políticas educativas**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

FRAUCHES, Celso da Costa. **LDB anotada e comentada e reflexões sobre a educação superior**. 2. ed. Brasília: ILAPE,2007.

KUNZ, S. A. S.; DUTRA, N. L. L.; CASTIONI, R.. John Dewey e Anísio Teixeira: contribuições para o debate sobre qualidade. **In: Wellington Ferreira de Jesus. (Org.). A universidade e a educação básica no Brasil contemporâneo: caminhos, aproximações, projetos e estudos**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2017, v. 1, p. 68-90.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia, 2004.

_____; OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. 10. ed. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

NETO, Horta. Avaliação externa de escolas e sistemas: questões presentes no debate sobre o tema. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 91, n. 227, p. 84-104, jan./abr. 2010.

OBSERVATÓRIO DO PNE, [s. d.]. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br>>. Acesso em 28 de maio 2018.

OLIVEIRA, Romualdo; ARAÚJO, Gilda. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, jan/fev/mar/abr 2005 nº 28.